

BANCO TRICURY S.A.

**Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente em 30 de junho de 2018 e 2017.**

Relatório da Administração

Senhores acionistas, em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017.

São Paulo, 27 de agosto de 2018.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Tricury S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Banco Tricury S.A.** (“**Banco**”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco Tricury S.A.** em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base

no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)
A T I V O

	2018	2017
Circulante	347.624	434.248
Disponibilidades	25	31
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	206.759	289.037
. Aplicações no mercado aberto	195.476	289.037
. Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.283	-
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	5.575	19.045
. Carteira própria	5.575	19.045
Operações de crédito (nota 6)	126.729	116.526
. Setor privado	139.784	132.854
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(13.055)	(16.328)
Outros créditos	8.536	9.609
. Rendas a receber	2.347	2.028
. Diversos (nota 8)	6.189	7.581
Realizável a longo prazo	169.985	185.635
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	-	34.411
. Carteira própria	-	34.411
Operações de crédito (nota 6)	89.145	93.514
. Setor privado	91.021	98.568
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(1.876)	(5.054)
Outros créditos	16.593	19.733
. Diversos (nota 8)	16.593	19.733
Outros valores e bens	64.247	37.977
. Outros valores e bens (nota 9)	64.247	37.977
Permanente	290	172
Investimentos (nota 10)	-	-
. Outros investimentos	137	137
. Provisão para perdas	(137)	(137)
Imobilizado de uso	286	162
. Outras imobilizações de uso	803	702
. Depreciações acumuladas	(517)	(540)
Intangível	4	10
. Ativos intangíveis	48	48
. Amortização acumulada	(44)	(38)
Total do ativo	517.899	620.055

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)

P A S S I V O

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante	76.216	243.464
Depósitos (nota 11)	25.846	127.002
. Depósitos à vista	18.038	14.264
. Depósitos a prazo	7.808	112.738
Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 12)	34.706	90.764
. Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	34.706	90.764
Relações interdependências	79	195
. Recursos em trânsito de terceiros	79	195
Obrigações por repasses do país - Instituições Oficiais (nota13)	7.684	12.195
. Tesouro Nacional	7.398	11.839
. Outras instituições	286	356
Outras obrigações	7.901	13.308
. Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	357	82
. Fiscais e previdenciárias (nota 14)	5.551	11.612
. Diversas (nota 15)	1.993	1.614
Exigível a longo prazo	228.861	157.955
Depósitos (nota 11)	134.274	98.928
. Depósitos a prazo	134.274	98.928
Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 12)	94.587	59.027
. Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	94.587	59.027
Resultados de exercícios futuros	956	31
Resultados de exercícios futuros	956	31
Patrimônio líquido (nota 23)	211.866	218.605
. Capital:		
. De domiciliados no País	159.397	159.397
. Reservas de lucros	49.967	44.625
. Ajustes de avaliação patrimonial	-	3
. Lucros acumulados	2.502	14.580
Total do passivo	517.899	620.055

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	2018	2017
Receitas da intermediação financeira	33.708	53.804
. Operações de crédito	25.992	34.752
. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.716	19.052
Despesas da intermediação financeira	(15.302)	(20.178)
. Operações de captação no mercado	(9.691)	(21.572)
. Reversão/(provisão) para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(5.611)	1.394
Resultado bruto da intermediação financeira	18.406	33.626
Outras receitas/despesas operacionais	(9.186)	(10.168)
. Receitas de prestação de serviços	195	29
. Rendas de tarifas bancárias	97	961
. Despesas de pessoal (nota 17)	(5.191)	(4.880)
. Outras despesas administrativas (nota 18)	(2.889)	(2.682)
. Despesas tributárias	(1.782)	(2.700)
. Outras receitas operacionais (nota 20)	611	244
. Outras despesas operacionais	(227)	(1.140)
Resultado operacional	9.220	23.458
Resultado não operacional	3.272	4.428
Resultado antes da tributação sobre o lucro	12.492	27.886
Imposto de renda e contribuição social (nota 19)	(2.511)	(12.538)
. Provisão para imposto de renda	(2.235)	(5.936)
. Provisão para contribuição social	(1.797)	(4.770)
. Ativo fiscal diferido	1.521	(1.832)
Lucro líquido do semestre	9.981	15.348
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	25,82	39,70

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital realizado	Reservas de lucros		Ajustes de avali- ação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutárias			
1o. Semestre de 2017						
Saldos em 31 de dezembro de 2016	159.397	2.840	42.817	5	-	205.059
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(2)	-	(2)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	15.348	15.348
Destinações:						
Reserva legal	-	768	-	-	(768)	-
Dividendos (R\$ 4,66 por lote de mil ações)	-	-	(1.800)	-	-	(1.800)
Saldos em 30 de junho de 2017	159.397	3.608	41.017	3	14.580	218.605
Mutações do 1o. semestre de 2017	-	768	(1.800)	(2)	14.580	13.546
1o. Semestre de 2018						
Saldos em 31 de dezembro de 2017	159.397	4.478	46.324	1	-	210.200
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(1)	-	(1)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	9.981	9.981
Destinações:						
Reserva legal	-	499	-	-	(499)	-
Dividendos (R\$ 3,45 por lote de mil ações)	-	-	(1.334)	-	-	(1.334)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(6.980)	(6.980)
Saldos em 30 de junho de 2018	159.397	4.977	44.990	-	2.502	211.866
Mutações do 1o. semestre de 2018	-	499	(1.334)	(1)	2.502	1.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do semestre	9.981	15.348
Depreciações e amortizações	34	32
Provisão/(reversão) para créditos de liquidação duvidosa	5.611	(1.394)
Ajustes ao valor de mercado	(1)	(2)
Lucro líquido ajustado do semestre	15.625	13.984
Redução em títulos e valores mobiliários	8.666	9.881
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(11.283)	-
(Aumento)/redução em operações de crédito	(30.235)	5.140
(Aumento)/redução em outros créditos	3.040	(4.602)
(Aumento)/redução em outros valores e bens	(2.285)	9.949
Aumento/(redução) em depósitos	(1.105)	15.409
(Redução) em recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	(3.290)	(33.950)
Aumento/(redução) em relações interdependências	(83)	157
(Redução) em obrigações por repasses	(3.411)	(3.756)
Aumento/(redução) em outras obrigações	(5.036)	3.969
Aumento em resultados de exercícios futuros	918	26
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades operacionais	(44.104)	2.223
Aquisição de imobilizado de uso	(210)	(64)
Venda de imobilizado de uso	22	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(188)	(64)
Dividendos provisionados	(1.334)	(1.800)
Juros sobre o capital próprio	(6.980)	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(8.314)	(1.800)
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(36.981)	14.343
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	238.057	293.770
No fim do semestre	201.076	308.113
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(36.981)	14.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Tricury S.A. ("Banco") transformado em banco múltiplo em 10 de novembro de 1990, na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliado no Brasil, atua operando as carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) recepcionados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitam com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão substanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para demandas judiciais, perdas por redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos para negociação, ativos não financeiros e outras provisões.

As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018 foram aprovadas pela Administração em 27 de agosto de 2018.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações contábeis são:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, reservas livres em espécie no Banco

Central do Brasil (apresentados como disponibilidades no balanço patrimonial), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários imediatamente conversíveis ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, conforme prevê a Resolução CMN nº 3.604/08 e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.2.3. Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- a. Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre;
- b. Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sob o título de “ajustes de avaliação patrimonial”; e
- c. Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles em que há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

2.2.4. Operações de crédito

As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e os respectivos encargos, e retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculados “pro rata dia” e as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

2.2.5. Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à

operação e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando eventos e condições indiquem e evidenciem amortização relevante da dívida e melhoras de garantias, conforme previsto pela Resolução CMN nº 2.682/99. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

2.2.6. Outros valores e bens

Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização.

2.2.7. Créditos tributários

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, sendo os seus efeitos registrados na rubrica “Outros créditos - diversos” com reflexo no resultado do período.

2.2.8. Ativo imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzidas das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do balanço. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: móveis e utensílios, sistemas de comunicações e instalações – 10% e sistemas de processamento de dados e veículos – 20%.

2.2.9. Intangível

Conforme disposto na Resolução CMN nº 3.642/08, os ativos intangíveis devem corresponder aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade do Banco ou exercidos com esta finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, conforme Carta-Circular nº 3.357/08 do BACEN.

2.2.10. Redução do valor recuperável de ativos

A Administração do Banco revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.2.11. Depósitos a prazo e interfinanceiros e recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata dia”.

2.2.12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.535/08, e na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- a. Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Não existem ativos contingentes para 30 de junho de 2018;
- b. Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;
- c. Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.2.13. Provisão para garantias financeiras prestadas

A constituição de provisão para garantias financeiras prestadas é baseada na avaliação quanto à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, com base em informações e critérios consistentes, sendo suficiente para cobertura das perdas prováveis, de acordo com a Resolução CMN nº 4.512/2016.

2.2.14. Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata dia”, e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

2.2.15. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 ("MP"), convertida na Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018.

2.2.16. Resultado por ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis.

2.2.17. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as de natureza financeiras. As rendas e os encargos são apropriados em razão da fluência de seus prazos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2018 e 2017, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Disponibilidades	25	31
Aplicações interfinanceiras de liquidez	195.476	289.037
Títulos e valores mobiliários	5.575	19.045
Caixa e equivalentes de caixa	<u>201.076</u>	<u>308.113</u>

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez correspondem a aplicações no mercado aberto com vencimento até 3 meses e depósitos interfinanceiros com vencimento até 1 ano, e estão compostos como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
- Letras Financeiras do Tesouro	20.023	25.189
- Letras do Tesouro Nacional	175.453	253.450
- Debêntures	-	10.398
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
- Não ligadas	11.283	-
Total	<u>206.759</u>	<u>289.037</u>

5. Títulos e valores mobiliários

As Letras Financeiras do Tesouro e as cotas de fundos de investimentos estão classificadas na categoria “títulos disponíveis para venda” e os certificados de recebíveis do agronegócio estão classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, e estão compostos como segue:

	<u>2018</u>			<u>2017</u>		
	Custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado	Custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado
<u>Carteira própria</u>						
- Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	13.821	13.824	3
- Certificados de recebíveis do agronegócio	-	-	-	34.411	34.411	-
- Cotas de fundos de investimentos	5.575	5.575	-	5.221	5.221	-
Total	<u>5.575</u>	<u>5.575</u>	<u>-</u>	<u>53.453</u>	<u>53.456</u>	<u>3</u>

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular Bacen nº 3.068/02, o Banco declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Durante o semestre não foram efetuadas reclassificações de títulos e valores mobiliários entre outras categorias evidenciadas pela Nota Explicativa 2.2.3.

O valor de mercado dos títulos que possuem negociações ativas são apurados com base nos preços divulgados pela Anbima e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

6. Operações de crédito

A composição da carteira de crédito é demonstrada como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
a) Por tipo de operações		
Ativo circulante		
Empréstimos e títulos descontados	139.784	132.854
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(13.055)</u>	<u>(16.328)</u>
	126.729	116.526
Realizável a longo prazo		
Empréstimos e títulos descontados	91.021	98.568
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.876)</u>	<u>(5.054)</u>
	89.145	93.514
Total	<u>215.874</u>	<u>210.040</u>

b) Por atividade econômica
Setor privado

Indústria	43.706	47.578
Comércio	22.519	21.941
Serviços	124.887	133.047
Pessoas físicas	<u>39.693</u>	<u>28.856</u>
Total	<u>230.805</u>	<u>231.422</u>

c) Por faixa de vencimento

A vencer		
De 1 a 180 dias	82.999	86.059
De 181 a 365 dias	45.637	37.259
Acima de 365 dias	<u>91.021</u>	<u>98.568</u>
	<u>219.657</u>	<u>221.886</u>
Vencidas		
De 1 a 30 dias	801	2.410
De 31 a 90 dias	1.845	3.599
De 91 a 180 dias	3.187	1.270
De 181 a 365 dias	<u>5.315</u>	<u>2.257</u>
	<u>11.148</u>	<u>9.536</u>
Total	<u>230.805</u>	<u>231.422</u>

7. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo no início do semestre	14.078	26.499
Provisão constituída/(reversão)	5.611	(1.394)
Valores baixados para prejuízo	<u>(4.758)</u>	<u>(3.723)</u>
Saldo no fim do semestre	<u>14.931</u>	<u>21.382</u>

Durante o semestre as recuperações por recebimento das operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como “Receitas de operações de crédito” no valor de R\$ 3.011 (R\$ 3.513 em 2017).

A posição da carteira de operações de crédito por níveis de risco e a provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa correspondente, é a seguir demonstrada:

Nível de risco	Percentual de provisão	Posição da carteira		Provisão constituída	
		2018	2017	2018	2017
AA	0,00	6.685	6.776	-	-
A	0,50	77.310	36.716	386	184
B	1,00	70.191	100.507	702	1.005
C	3,00	46.547	48.493	1.396	1.455
D	10,00	14.630	9.961	1.463	996
E	30,00	4.842	14.890	1.453	4.467
F	50,00	-	1.607	-	803
G	70,00	3.565	-	2.496	-
H	100,00	7.035	12.472	7.035	12.472
Total		230.805	231.422	14.931	21.382

8. Outros créditos – diversos

	2018	2017
Créditos tributários (a)	10.152	12.676
Devedores por depósitos em garantia (b)	5.402	5.006
Impostos e contribuições a compensar	1.421	1.891
Créditos a receber (c)	5.543	7.497
Outros créditos	264	244
Total	22.782	27.314
Ativo circulante	6.189	7.581
Ativo realizável a longo prazo	16.593	19.733

(a) Os créditos de imposto de renda e contribuição social serão realizados à medida que as diferenças temporárias se tornarem dedutíveis. A previsão de realização dos créditos tributários é estimada em 61% no 1º ano e 39% nos próximos 2 anos. O valor presente desses créditos tributários, calculado com base na taxa de captação (CDI) equivale a R\$ 9.193.

(b) Referem-se basicamente a depósitos judiciais para garantia de processos fiscais.

(c) Os créditos a receber correspondem substancialmente à venda de bens não de uso próprio, anteriormente registrados em “Outros valores e bens”.

9. Outros valores e bens

Refere-se a imóveis no montante de R\$ 63.914 e outros bens no montante de R\$ 333, não de uso próprio, recebidos em dação de pagamento.

10 Investimentos

Refere-se a certificado em Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR

11. Depósitos

A composição da carteira de depósitos está classificada como segue:

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo	
	2018	2017	2018	2017
Pessoa jurídica	14.916	14.162	56.501	57.038
Pessoa física	3.122	102	80.205	81.911
Instituições financeiras	-	-	4.558	5.812
Investidores institucionais	-	-	818	66.905
Total	18.038	14.264	142.082	211.666
Passivo circulante	18.038	14.264	7.808	112.738
Passivo exigível a longo prazo	-	-	134.274	98.928

12. Recursos de aceites e emissão de títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos são a seguir demonstrados:

	Letras de crédito imobiliário	
	2018	2017
Pessoa física	80.271	66.555
Instituições financeiras	49.022	83.236
Total	129.293	149.791
Passivo circulante	34.706	90.764
Passivo exigível a longo prazo	94.587	59.027

13. Obrigações por repasses do país - Instituições Oficiais

As obrigações por repasses do país no montante de R\$ 7.684 (R\$ 12.195 em 2017) referem-se a recursos a repassar do Programa Minha Casa Minha Vida.

14. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão de IRPJ e CSLL	4.032	10.706
Impostos e contribuições a recolher	1.519	906
Total	<u>5.551</u>	<u>11.612</u>
Passivo circulante	5.551	11.612
Passivo exigível a longo prazo	-	-

15. Outras obrigações - diversas

O saldo da rubrica de “Outras obrigações - diversas” no montante de R\$ 1.993 (R\$ 1.614 em 2017) refere-se basicamente a provisão para pagamentos com despesas de pessoal e outras despesas administrativas no montante de R\$ 991 (R\$ 1.085 em 2017), provisão para passivos contingentes no montante de R\$ 410 (R\$ 439 em 2017) e outros credores no montante de R\$ 405.

Provisão para demandas judiciais

O Banco, na execução das suas atividades normais, é parte integrante em demandas judiciais de natureza fiscal, legal e cível. As provisões decorrentes destes processos são constituídas com base em opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e desfecho de causa.

A revisão das provisões ocorre no mínimo semestralmente, ou a qualquer tempo, sempre que se verificar alguma discrepância na sua metodologia, e são ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessário o desembolso, a provisão deverá ser revertida.

O Banco possui 5 processos classificados pelos nossos assessores jurídicos como perdas prováveis, sendo 3 processos cíveis, 1 tributário e 1 trabalhista no montante de R\$ 220, e um processo fiscal classificado como perda possível no montante de R\$ 190, cujas provisões estão registradas na rubrica “Diversas”. Outros 54 processos cíveis estão classificados como perda possível no montante de R\$ 9.947.

A composição e movimentação dos passivos contingentes é a seguir demonstrada:

Matéria	31/12/2017	Adição	Baixa	30/06/2018
Cível	201	20	(52)	169
Trabalhista	7	1	-	8
Tributária	230	3	-	233
Total	438	24	(52)	410

16. Garantias financeiras prestadas

As garantias financeiras prestadas estão vinculadas a prestação de serviços ou execução de obras e a provisão correspondente são a seguir demonstradas:

Nível de risco	Percentual de provisão	Valor garantido		Provisão constituída	
		2018	2017	2018	2017
A	0,50	19.132	190	95	1
B	1,00	370	2.081	4	21
	Total	19.502	2.271	99	22

17. Despesas de pessoal

	2018	2017
Proventos	2.948	2.865
Encargos sociais	1.034	933
Benefícios	666	553
Outros	543	529
Total	5.191	4.880

18. Outras despesas administrativas

	2018	2017
Aluguéis e condomínio	717	529
Processamento de dados	314	329
Serviços do sistema financeiro	314	318
Serviços técnicos especializados	939	536
Outras	605	970
Total	2.889	2.682

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2018	2017
Apuração de Imposto de Renda /Contribuição Social no semestre		
Resultado do semestre antes da tributação sobre o lucro	12.492	27.886
Despesa de juros ao capital	(6.980)	-
Adições	5.714	1.104
Exclusões	2.239	5.138
Apuração do lucro real	8.987	23.852
Encargos a alíquota de 15% de Imposto de Renda	(1.348)	(3.563)
Adicional de 10% de Imposto de Renda	(887)	(2.373)
Encargos de Contribuição Social (nota 2.2.15)	(1.797)	(4.770)
Ativo fiscal diferido	1.521	(1.832)
Total de despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.511)	(12.538)

20. Outras receitas operacionais

O saldo da rubrica “Outras receitas operacionais” no montante de R\$ 611 (R\$ 244 em 2017) refere-se a variação monetária ativa no montante de R\$ 558 (R\$ 1 em 2017) e reversão de provisão no montante de R\$ 53 (R\$ 227 em 2017).

21. Resultado não operacional

Refere-se basicamente ao resultado obtido na alienação dos bens não de uso registrados em Outros Valores e Bens.

22. Transação com partes relacionadas

O Banco e suas empresas coligadas mantêm transações entre si, e são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/2009.

As transações envolvendo partes relacionadas são realizadas em condições de mercado no tocante a encargos e prazos. Os saldos destas transações são a seguir demonstrados:

	Passivo				Despesas	
	Relações interdependências		Depósitos a prazo		Despesa de captação	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Omega Admin.e Participações Ltda	13	56	8.885	1.128	212	94
JSGJ Participações Ltda	14	8	316	488	9	123
Tricury Armazéns Ltda	26	11	8.472	1.538	202	316
J Tavora Empreendimentos Imob.Ltda	-	-	2.401	-	55	-
Tricury Construções e Particip. Ltda	-	-	14.098	12.878	1.258	347
Yamagata Empreendimentos Imob.Ltda	-	-	-	-	7	-
Nectandra Empreendimentos Imob.Ltda	7	8	-	-	-	-
Trisul S/A	9	9	-	-	-	-
Miura Empreendimentos Imob.Ltda	10	103	-	-	-	-
Total	79	195	34.172	16.032	1.743	880

Remuneração dos administradores

Os administradores do Banco são remunerados por meio de salários e registrados sob o regime CLT e estão apresentados na rubrica “Despesas de pessoal”, no resultado do semestre.

O salário atribuído no período ao pessoal chave da Administração corresponde a R\$ 358 (R\$ 337 em 2017).

O Banco não concede planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a Diretoria e Administração.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social é representado por 386.552.410 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (386.552.410 em 2017).

b) Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída a taxa de 5% sobre o lucro líquido até atingir o limite fixado em lei, e o saldo remanescente destinado a reservas estatutárias, ficando a disposição da Assembleia Geral.

c) Dividendos

O Capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido ajustado do semestre. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria e à Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

No semestre findo em 30 de junho de 2018, o Banco realizou distribuição de dividendos que totalizaram R\$ 1.334 (R\$ 1.800 em 2017).

24. Outras informações

a) Acordo de Basileia – limite operacional

O Banco encontra-se enquadrado nos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido requeridos pela Resolução CMN n.º 2.099/94 que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia II), cuja apuração do Patrimônio de referência e do Patrimônio de referência exigido foram alteradas pelas Resoluções CMN n.ºs 4.192/13 e 4.193/13. O índice de Basileia Amplo do Banco corresponde a 45,39% (36,48% em 2017).

b) Gestão de riscos

i) Gestão de risco de mercado: relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do país, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados. Para atendimento ao requerido pela Resolução CMN n.º 3.464/07 foi implantada no

Banco uma estrutura específica para gerenciamento dos riscos de mercado e de suas operações, aprovada pela Diretoria.

ii) Gestão de risco operacional: para atendimento ao requerido pela Resolução CMN nº 3.380/06 foi implementada no Banco uma estrutura específica para gerenciamento dos riscos nas atividades operacionais, aprovada pela Diretoria.

iii) Gestão de risco de crédito: possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados. Para atendimento ao requerido pela Resolução CMN nº 3.721/09 foi implementada no Banco uma estrutura específica para gerenciamento dos riscos de crédito, aprovada pela Diretoria.

iv) Gestão de risco de liquidez: relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira do Banco em obter recursos para honrar seus compromissos.

v) Gestão de capital: processo contínuo de avaliação da suficiência de capital frente aos riscos assumidos, buscando a manutenção em níveis sempre adequados. Para atendimento à Resolução CMN nº 3.988/11 foi implantada uma estrutura específica para gerenciamento do capital envolvendo diretoria, gerência de negócios, riscos e compliance, contabilidade e com apoio da auditoria interna.

vi) Instrumentos financeiros: o Banco mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade dos seus ativos. Desta forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos seus instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação as praticadas no mercado.

O Banco não possui posições ou transações com instrumentos financeiros derivativos a serem informadas.

As informações relativas à gestão de riscos, ao Patrimônio de referência exigido (PRE), de que trata a Resolução CMN nº 4.193/13, à adequação do Patrimônio de referência (PR), definido nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, as informações referentes a Razão de Alavancagem e o valor da Parcela Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal encontram-se à disposição dos interessados em nosso sítio institucional www.bancotricury.com.br, conforme disposições publicadas nas Circulares nº 3.477/09, 3.678/13 e 3.768/15 do BACEN.

O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações, quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração do Banco, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem “hedge” de suas posições ativas e passivas.